

Representações do “Rural”: como definir este espaço em meio à maior complexidade da rede de “interdependências”?

Francisco Gildevan Holanda do Carmo

Representações do “Rural”: como definir este espaço em meio a maior complexidade da rede de “interdependências”?

Resumo: O artigo destaca principais contribuições de Norbert Elias para analisar os espaços rurais brasileiros, expressando sua complexidade e relação com os ambientes citadinos. Utilizaram-se os conceitos de configuração e interdependência. O texto expressa a dinamicidade na constituição destes espaços. O artigo inclui análises dedicadas aos espaços rurais. Indica-se uma heterogeneidade dos mesmos relacionada às novas relações que estes espaços estabelecem com o urbano. Ao rural são atribuídas diferentes funções nesta configuração. Exemplos destacados são sua importância para preservação do meio ambiente e patrimônio cultural, prática do turismo, lazer. Aponta-se que ao compreender este espaço como parte de uma configuração maior, englobando campo e cidade, as análises de Elias permitem apreender as complexas relações estabelecidas entre os espaços. Estes se influenciam, se transformam. Definir o rural não é uma tarefa simples diante da complexidade da sua rede de interdependência, da constituição de novas ruralidades.

Palavras-chave: Configuração. Interdependência. Espaço Rural. Heterogeneidade.

Representations of "Rural": setting this space amid the increased complexity of the network of "interdependence"?

Abstract: The article highlights the main contributions of Norbert Elias to analyze the Brazilian rural areas, expressing their complexity and relationship with the townspeople environments. We used the concepts of configuration and interdependence. The text expresses the dynamics in the formation of these spaces. The article includes analysis devoted to rural areas. It is indicated heterogeneity of them related to new relationships they establish with the urban spaces. Rural are assigned different functions in this configuration. Examples are highlighted its importance for preservation of the environment and cultural heritage, tourism practice leisure. Points out that to understand this space as part of a larger configuration, encompassing rural and urban areas, the Elias analyzes allow grasp the complex relationships established between the spaces. These influence each turn. Setting the rural is not an easy task due to the complexity of its network of interdependence, the formation of new ruralities.

Keywords: Configuration. Interdependence. Rural Areas. Heterogeneity.



Esta obra foi licenciada sob uma Licença Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada.

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de discutir a forma como os espaços rurais brasileiros têm se reformulado através da sua relação de *interdependência* com os espaços citadinos. A análise foi construída principalmente a partir das contribuições de Norbert Elias, e seus conceitos de *configuração* e *interdependência*, para expressar as complexas relações que são estabelecidas na constituição das sociedades.

Sobre o tema proposto, a literatura usa comumente duas nomenclaturas: *espaço rural* e *campo*. Nota-se que o primeiro termo é utilizado por pesquisadores que constroem suas análises voltadas para entender a forma como estes espaços têm se configurado no Brasil. Pesquisadores brasileiros como Veiga (2004) propõem uma reflexão acerca da *Dimensão Rural do Brasil*, captando os elementos que caracterizam o espaço nesta conjuntura específica. Souza e Brandenburg (2010) caminham nesta mesma perspectiva ao utilizarem o termo quando problematizam: *A quem pertence o espaço rural?* É observado que outros autores também se indagam sobre a forma como são categorizados os *espaços rurais* brasileiros, nos dando pistas sobre a existência de um senso comum, ou uma forma tradicional de representar estes espaços.

Entretanto, quando as análises se voltam para os movimentos sociais que, historicamente, lutaram por políticas públicas pensadas especificamente para atender a este espaço social, a nomenclatura *campo* aparece com mais frequência. Marshner (2011), por exemplo, opta pelo termo ao construir uma narrativa acerca da ação de movimentos sociais e suas conquistas para este espaço. Um exemplo destacado pelo autor e que nos induz ao uso do termo é o reconhecimento formal da necessidade de um currículo e práticas pedagógicas em consonância com a realidade destes espaços, repercutindo no surgimento de uma *educação do campo*, a partir dos anos 1990. A pesquisa de Montenegro (2008), ao analisar a atuação das Ligas Camponesas no contexto do golpe de 1964, se enquadra nesta mesma perspectiva.

Portanto, neste artigo serão presentes as duas terminologias, visto que a análise aqui construída busca dialogar duas formas distintas de problematizar este espaço: as transformações econômicas, culturais e sociais no *espaço rural* brasileiro, e as clássicas representações que foram criadas para identificar o *campo* a partir dos movimentos sociais. Em outras palavras, o artigo busca construir uma análise sobre o espaço rural no Brasil a partir do diálogo entre a literatura sobre a formação e atuação de movimentos sociais do campo, os elementos constitutivos deste espaço e as principais contribuições de Norbert Elias através do seu método de análise da *configuração*.

Compreender esta conjuntura perpassa não apenas a discussão histórico-geográfica sobre a constituição deste espaço brasileiro, mas compreender os elementos que caracterizam a sociedade contemporânea e seus laços de sociabilidade. Portanto, o aprofundamento desta análise inclui como pré-requisito o uso de conceitos indispensáveis para a compreensão do tema de forma minimamente satisfatória. Entre estes, destaca-se, evidentemente, o *rural*.

Sobre o tema, Veiga (2004) destaca como melhor indicador do grau de urbanização ou “ruralização” dos territórios a *pressão antrópica*, ou seja, o nível de interferência humana sobre o meio. Esta passa a representar a melhor alternativa diante da dificuldade de categorização dos espaços no Brasil, onde a legislação permite a classificação como “urbana” de toda sede de município, ou distrito, independentemente

das suas características funcionais ou estruturais, desde que em algum momento da sua história tenha passado por um processo de emancipação política.

Wanderley (2000) contribui para a análise sobre o rural ao acrescentar à reflexão as diferentes relações que este espaço estabelece com os ambientes ditos urbanizados. Portanto, para sua problematização, é necessário compreender os espaços rurais como parte de um corpo maior, a sociedade, composta também por cidadãos.

Deste modo, este artigo não opta por uma visão dicotômica entre os espaços campo e cidade, visto que a simples polarização exclui a complexidade dos elementos presentes na conjuntura camponesa brasileira. Em contrapartida, ao levar-se em consideração o maior intercâmbio entre estes espaços, torna-se possível apreender a troca de influências que se efetivam em suas relações e, conseqüentemente, as transformações dos mesmos. Portanto, em substituição à ruptura, opta-se pela apreensão de uma continuidade, que resulta de uma maior interação entre estes. Tal abordagem representa uma inovação para a análise sobre o tema, pois indica um fim para a tradicional dicotomia rural-urbano, que se define pelo isolamento e forte oposição entre o campo e a cidade (Wanderley, 2000. p. 126-127).

Para expressar o dinamismo estrutural em que se efetiva esta relação entre os ambientes cidadãos e rurais, inclui-se no presente texto o conceito de *configuração*, conforme elaborado por Norbert Elias. No prefácio à sua obra *O Processo Civilizador*, o sociólogo define o termo como “uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes” (Elias Apud Vianna, 2006, p.1). Carneiro (2005), refletindo sobre a forma como o pesquisador alemão concebeu o termo, afirma a importância deste nas análises que buscam expressar as mudanças na estrutura da sociedade.

Portanto, a partir das suas contribuições, e da representação do campo como sendo parte de uma unidade maior de *configuração*, Elias fornece subsídios para uma melhor apreensão acerca da dinamicidade dos elementos que constituem este espaço brasileiro, seus sujeitos, suas funções e sua relação com os centros urbanos em uma conjuntura de *interdependência*. Este conceito permite apreender a rede de relações que os indivíduos estabelecem entre si em uma determinada configuração. Mais adiante, com o desenvolvimento das reflexões, será possível compreender a forma como o método de análise da *configuração*, desenvolvido por Elias, contribui para a superação de uma dicotomia do pensamento social clássico: a separação indivíduo-sociedade.

Contribuindo para o entendimento sobre a formação dos movimentos sociais do campo, e em consonância com as análises sociológicas de Elias, inclui-se aqui também a noção de *habitus*, conforme elaborada por Pierre Bourdieu. A idéia permite compreender o uso de estratégias individuais, efetivadas no interior das estruturas, que contrariam o caráter determinista destas sobre a vida dos indivíduos, possibilitando concluir a existência de uma “estrutura estruturada que se faz estruturante” (Noronha; Rocha, 2007, p. 53). Portanto, o uso do conceito dialoga com a noção de configuração de Elias ao expressar a dinamicidade estrutural que envolve as relações sociais construídas nas redes de *interdependências*.

Deste modo, este artigo parte principalmente da contribuição dos autores citados (entre outros que serão mencionados) através dos seus respectivos conceitos para compreender o contexto de formação dos movimentos sociais do campo no Brasil, além das formas como são evidenciadas as relações entre o campo e a cidade. Acredita-se,

desta forma, estar-se contribuindo para a construção de uma análise sobre o campo que leve em conta principalmente a complexidade presente na constituição destes espaços.

Diante do exposto, para o desenvolvimento e conclusão da análise aqui proposta, optou-se como melhor percurso, primeiramente, a construção de uma breve reflexão acerca do histórico dos movimentos sociais do campo no Brasil. A discussão sobre o tema permite o esboço de um recorte temporal não tão claramente delimitado em seus números, mas que nos direciona o olhar para acontecimentos marcantes das décadas de 1940 (início da articulação dos trabalhadores rurais através das Ligas Camponesas) e 1980 (fase de retorno aos debates nacionais acerca da melhoria da qualidade de vida das populações do campo), além do debate sobre a atual configuração deste espaço.

1. O Percurso Histórico das Lutas do *Campo* no Brasil

Montenegro (2008), ao descrever o histórico das lutas camponesas no Brasil, destaca o surgimento das Ligas Camponesas na década de 1940 como um importante momento de reivindicação por melhorias das condições de trabalho e por transformações na difícil relação entre patrões e trabalhadores do campo. O movimento se fortalece no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, com a associação dos foreiros do engenho da Galiléia em Pernambuco, ganhando notoriedade nacional.

Neste período, ainda marcado pela sombra da Guerra Fria, quaisquer propostas de transformação na forma como se estabeleciam as relações entre proprietários e trabalhadores rurais eram vistas com desconfiança pelos primeiros, assim como pela imprensa nacional e internacional, que permaneciam vigilantes a qualquer manifestação que pudesse ser associada às ideias socialistas. Portanto, as lutas dos trabalhadores por condições básicas de cidadania eram vistas, pelo discurso patronal, como parte de uma estratégia comunista de dominação.

Desta maneira, a forma como estes movimentos foram representados pelos principais meios de comunicação ofereciam aos grandes proprietários o direito de recorrer à proteção policial, assim como ao uso da violência. Com o golpe de 1964 as reivindicações destes trabalhadores foram abafadas pela repressão do Estado (Montenegro, 2008, p.6).

Candau e Anhorn (2001) também constroem uma análise acerca da atuação dos movimentos sociais do campo, mas voltando-se para a reflexão sobre a década de 1980, no Brasil. As autoras caracterizam o período como um momento de retorno à atuação de grupos que se organizavam a partir dos discursos de insatisfação. A conjuntura da década, marcada por crise econômica e lenta redemocratização política, é compreendida como um momento que favoreceu a renegociação entre Estado e minorias, que passavam a denunciar a negligência por parte dos poderes públicos às suas causas. Portanto, tem-se um retorno aos debates nacionais acerca da qualidade de vida do homem do campo.

Esse movimento de busca por maior reconhecimento se estende também a década de 1990. Munarin reflete sobre o período destacando as conquistas efetivadas no âmbito da educação, caracterizando-o como um momento favorável ao debate através das primeiras grandes conferências que tinham por objetivo discutir políticas públicas específicas para o campo. Como exemplo, o autor cita o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em julho de 1997

na Universidade de Brasília. O encontro passa a ser representado como um dos símbolos desse processo histórico (2004, p.02).

Este percurso de lutas e reconhecimento repercutiu na formulação de políticas públicas específicas para atender a esta demanda da sociedade, ou melhor, desta *configuração* social. Como uma das consequências deste processo é destacada, pela literatura, a defesa formal por uma adaptação do currículo e práticas pedagógicas às especificidades do campo brasileiro. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por exemplo, é registrada a defesa pela construção de um calendário escolar adaptado ao ciclo de cultivo da produção agrícola¹, exemplo de uma tentativa de adequação das políticas públicas, como a educação, a um cotidiano diferenciado dos centros urbanos.

Outros resultados são atribuídos à atuação militante desses movimentos, inclusive a própria criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na década de 1980. Para Falkembach (2007) a história deste grupo militante, inclusive, confunde-se com a história dos demais movimentos de militância no campo, pois o MST, através da retórica de luta por reforma agrária, fez uso de um amplo campo de divulgação, influência e, conseqüentemente, poder de arregimentação em suas ações de ocupação.

Paralelamente ao fortalecimento de tais movimentos sociais, surge todo um campo simbólico de *representação* que inclui o uso de bandeiras, cores, discursos, representação simbólica de instrumentos de trabalho, entre outros. Tal fenômeno consistiria em um processo de construção de uma identidade coletiva, que teria como função, inclusive, a manutenção do espírito militante dos indivíduos associados em movimentos, sindicatos, organizações, enfim, instituições produtoras de subjetividade.

Importante observar que ao mesmo tempo em que grupos como o MST ganham importância neste cenário, principalmente com a volta aos debates políticos sobre o tema durante a redemocratização na década de 1980, estes constroem um discurso de representatividade para o campo brasileiro. Chartier (1990) contribuiu grandemente na forma de conceber o conceito de *representação*, caracterizando-o como uma prática onde se presenciam conflitos, que por sua vez são concretizados na tensa relação entre diferentes grupos ao tentarem impor suas visões de mundo. Dito isto, acredita-se que a forma como o termo foi refletido pelo historiador francês está em consonância com a conjuntura do surgimento dos movimentos sociais do campo, em sua luta por maior *representação*.

Portanto, buscou-se expor, até o presente momento, a existência de movimentos sociais que se engajaram na luta por melhores condições de vida, habitação e trabalho das pessoas que habitam no *campo*. Tais reivindicações, como já informado, almejavam a efetivação de serviços públicos voltados às especificidades destas áreas. O fenômeno foi bem presente nas décadas de 1950-60, e ressurgiu em um período de mudança na *configuração* social, utilizando-se do conceito de Elias (2001), das relações entre Estado e sociedade civil a partir da redemocratização nos anos 1980.

Entretanto, se é possível apreender a estrutura social como uma rede de *interdependências* que se apresenta em constante mobilidade estrutural, é fácil concluir que os espaços comumente representados como “campo” também passaram por

¹ Lei N° 9.394, 20 dezembro de 1996. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 09 de Mai. 2011.

reformulações. Diante disto, quais transformações se evidenciaram na constituição do campo brasileiro? Quais elementos hoje o representam? E, por fim, o que é este espaço? Uma das bases para a elaboração deste artigo é a certeza da grande contribuição de Norbert Elias para a análise sobre o tema, principalmente no que diz respeito à dinamicidade presente nas relações entre os espaços, e entre os indivíduos. Vejamos, então, que conclusões podem ser elaboradas a partir do diálogo entre pesquisadores sensíveis à heterogeneidade do campo brasileiro e algumas das principais contribuições do sociólogo alemão para a análise das redes sociais na contemporaneidade.

2. Uma análise geográfica e sociológica sobre o *espaço rural* Brasileiro

Para melhor compreender a problemática levantada por esta produção se fez necessário um conhecimento mínimo acerca da atuação dos movimentos sociais do campo no Brasil, como foi descrito compactamente no tópico anterior. Trata-se de um entendimento necessário para compreender a forma como se constituiu a existência de um discurso representativo e movimentos de luta organizada que, por sua vez, ao reivindicarem um tratamento adequado às especificidades do seu cotidiano, cultura e economia, forneciam dados acerca dos elementos que constituíam o que é definido como ‘campo’. Entretanto, ao apresentar-se como parte de uma *configuração* e, portanto, inserindo-se em um contexto de constante transformação estrutural, conforme o conceito de Elias (2011) permite apreender, é possível afirmar que a categorização atual deste espaço não é tarefa simples diante da sua atual heterogeneidade.

Andrade (2002) aponta algumas problemáticas no delineamento de um campo conceitual para caracterizar os espaços brasileiros como ‘rurais’. Por exemplo: de que maneira representar este espaço no Brasil diante de realidades climáticas e culturais tão diversificadas? Para o geógrafo, a dimensão continental do nosso país é um dos fatores que mais dificulta a apresentação de um quadro onde sejam definidas as formas e as funções da propriedade agrária.

Contudo, o olhar direcionado apenas às características climáticas e geográficas ainda não é capaz de captar elementos suficientes para a categorização destes espaços. De um ponto de vista antropológico, segundo Wanderley, apontam-se duas características quando se fala em rural: a relação específica que os seus habitantes estabelecem com a natureza, com a qual lida por meio do seu trabalho; por outro lado são observadas as relações sociais, também diferenciadas. Entretanto, a autora lembra ainda que “o rural não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma” (2000, p. 88).

Por sua vez, tais transformações estruturais observadas nestes espaços são vistas de formas diversas por pesquisadores. Para alguns, o processo de urbanização, aproximando e possibilitando uma maior interação entre os espaços, caminhará para uma supressão do campo pela cidade. Wanderley (2000), dando continuidade a sua análise, cita o posicionamento de Henri Lefebvre, em 1970, quando o sociólogo e filósofo sustentou a hipótese de que as sociedades pós-industriais tenderiam a completa urbanização. Desta maneira, ao ‘campo’ estava previsto o seu desaparecimento.

Entretanto, outra corrente de pesquisa discorda desta hipótese creditada por Lefebvre na segunda metade do século XX. Esta nova linha de pensamento afirma um fenômeno de reformulação na constituição dos espaços rurais. Este processo, por sua

vez, continua a ser reconhecido, assim como a maior interação do campo com os centros urbanizados e sua conseqüente reformulação econômica, no que diz respeito a um movimento voltado cada vez mais à diversificação das suas atividades produtivas. Contudo, a este processo não é dado o poder de extinção da ruralidade.

Souza e Brandenburg (2010), ao analisarem as transformações que este espaço brasileiro tem sofrido ao longo dos anos, destacam uma multiplicação das suas funções em sua relação com o conjunto da sociedade. Para os pesquisadores, o rural, antes visto como um espaço privado e com função geralmente limitada à produção agrícola, passa a cumprir funções múltiplas. Alguns exemplos destacados são sua importância para preservação do meio ambiente, a prática do turismo, lazer, preservação do patrimônio cultural, entre outros (p. 51).

Diante desta heterogeneidade em que tem se constituído o que comumente é representado como ‘rural’, Schneider afirma que a sociologia que se ocupa destas sociedades precisa delimitar melhor seu campo de estudo, criando um arcabouço teórico conceitual mais amplo, capaz de dar conta das transformações que se desenham neste espaço (Schneider apud Marschner 2010, p. 45). O presente artigo filia-se a esta perspectiva de problematização. Por conseguinte, a transformação estrutural do campo não repercute em seu fim, mas em um movimento oposto: “emergência de uma nova ruralidade”, como já mencionou Wanderley (2000).

Portanto, o elemento ‘campo’ está inserido em uma *configuração* e possui, assim como esta, a dinamicidade como uma das suas principais características. Deste modo, este espaço tem se reformulado com o decorrer das mudanças que ocorrem na rede de *interdependências* que se estabelece em sua relação com outros espaços. Transformações estas que se efetivam e repercutem nas novas funções que são atribuídas ao campo: seja o espaço para o lazer, o desenvolvimento da agricultura familiar, a prática de esportes, a produção agro-exportadora, etc.

Com isto, afirma-se que uma análise do campo que não leva em conta as relações que este espaço estabelece com outros recortes de *configuração* social repercute em conclusões genéricas, que não dão conta da heterogeneidade que o caracteriza. Outro perigo da generalização, assim como da dicotomia campo-cidade, é a estigmatização dos espaços, principalmente por discursos que buscam representá-los, tal a importância da apreensão das relações de *interdependência*, conforme ensinou Elias (2001).

Considerações Finais

Portanto, ao compreender os espaços em que se estabelecem as relações sociais como *configurações*, Elias possibilita captar a complexidade presente em múltiplas realidades e em diferentes escalas, dos grandes centros metropolitanos às menores comunidades. Destaca-se que suas contribuições, quando dialogadas com o tema proposto, não se limitam à análise apenas das transformações que se estabelecem na constituição dos espaços rurais, mas também no próprio processo de surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais do campo.

Em outras palavras, Elias, ao compreender a sociedade como uma configuração dinâmica, portanto em constante transformação, possibilita ao pesquisador dos movimentos sociais do campo compreender seu objeto de pesquisa não apenas como

consequência da atuação e reivindicação de grupos que se viam excluídos por um Estado reacionário. Como se só a partir de determinado momento o sujeito coletivo dos espaços rurais tomasse consciência da sua condição de explorado em sua relação com os grandes proprietários. Em contraposição a uma conclusão simplista, a contribuição de Elias permite ao pesquisador apreender estes períodos históricos específicos como momentos de grande transformação na configuração e nas relações de *interdependência*. Como exemplo, pode ser destacado o período específico de redemocratização, na década de 1980, caracterizado pela renegociação entre sociedade civil e Estado

Desta maneira, o conceito de *configuração* enfatiza a ligação entre mudanças na organização estrutural da sociedade e mudanças na estrutura de comportamento. Dito isto, pretende-se escapar de um monismo metodológico que insiste em dicotomizar indivíduo e sociedade (Vianna, 2006, p.1). Portanto, o surgimento destes movimentos está relacionado mais às transformações nas relações de *interdependência*, favorecendo a constituição de um momento propício às reivindicações da militância ligada aos espaços rurais.

Ao pensar a sociedade como uma grande cadeia de indivíduos associados através de complexas relações, uma rede de *interdependências*, Elias evidencia a dinamicidade destas relações. Portanto, aponta para uma estrutura social que não está intacta, imóvel, mas em constante transformação, assim como as interações que se estabelecem em seu interior, pois “as relações estão sempre em processo: elas se fazem e desfazem, se constroem, se desconstroem, podendo ou não ser reconstruídas ou rearticuladas” (Carneiro, 2005. p.3).

Por conseguinte, em oposição à dicotomia indivíduo-sociedade, o sociólogo alemão compreende aquele como um ponto na complexa teia de relações desta rede. Não existe indivíduo sem sociedade, nem sociedade sem a presença do indivíduo. E ao exemplo da crescente atuação dos movimentos sociais na década de 1980, muitos os quais rurais, percebe-se que os indivíduos não se encontram em posição de passividade, emoldurados. Pois estes variam em seu grau de *engajamento*, outro conceito de Elias; ou seja, os indivíduos variam na intensidade em que são afetados, tocados pelo mundo exterior, como destaca mais uma vez Carneiro (2005).

Compreender a sociedade como uma estrutura estruturada, mas que se faz estruturante, possibilita não apenas apreender o contexto da atuação dos movimentos sociais, dos grupos de resistência no interior de uma rede de *interdependência*, ou as transformações de uma *configuração*. Mas permite também compreender as relações que se estabelecem entre os ambientes citadinos e rurais, influenciando-se mutuamente, portanto, modificando-se. Tal temática, quando entendida sob a luz da obra de pesquisadores como Norbert Elias, possibilita o desenvolvimento de uma maior sensibilidade à heterogeneidade e complexidade dos espaços rurais. Desta maneira o pesquisador torna-se capaz de superar o primeiro obstáculo para o desenvolvimento da sua pesquisa sobre o rural no Brasil: a simplificação.

Referências

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2º ED. Difel, 1990.

CANDAU, Vera Maria & ANHORN, Carmen Tereza Gabriel. **A questão didática e aperspectiva multicultural: uma articulação necessária.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2001.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Interacionismo e interdependência: uma breve análise das contribuições de Norbert Elias para a história social.** Anais do I Colóquio LAHES. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

ELIAS, N. **A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **MST: Escola da Vida em Movimento.** Cad, Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 137-156, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

Lei N° 9.394, 20 dezembro de 1996. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>.

MARSHNER, Walter. **Lutando e ressignificando o rural em campo: notas epistemológicas.** Interações, Campo Grande, v. 12, n 1 p. 41-52, jan/jun. 2011.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **As Ligas Camponesas e a Construção do Golpe de 1964.** UFPE, 2008.

MUNARIN, Antônio. **Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção.** UFSC, 2004. GT- 03: Movimentos Sociais e Educação.

NORONHA, Gabriel Vieira; ROCHA, Luiz Guilherme B. S. P. **Elias e Bourdieu: para uma sociologia histórica ou seria uma história sociológica?** Revista Habitus. IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 47-58, 30 mar. 2008.

SOUZA, Osmar Tomaz de; BRANDENBURG, Alfio. **As mudanças na relação sociedade/natureza e o surgimento da dimensão pública do espaço rural.** Ambiente e Sociedade. p. 51-64. Campinas, 2010.

VEIGA, José Eli da. **A Dimensão Rural do Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 22, Abril 2004.

VIANNA, Alexander Martins. **A atualidade teórica de Norbert Elias para as Ciências Sociais.** Espaço Acadêmico. S.l. 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo.** Recife: UFPE, 2000.